



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, **DE 2025.**
(Do Sr. Gustavo Gayer)

Solicita informações ao Sr. Ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, a respeito da primeira-dama Rosângela da Silva, não possuir cargo no governo e nem uma equipe própria, mas, na prática, conta com uma equipe de pelo menos 12 pessoas à sua disposição.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, quanto a primeira-dama Rosângela da Silva, não possuir cargo no governo e nem uma equipe própria, mas, na prática, conta com uma equipe de pelo menos 12 pessoas à sua disposição.

Com o objetivo de instruir as informações relativas a este requerimento de informação, solicito que sejam respondidos os seguintes questionamentos:

- 1- Qual a base legal para a atuação da Senhora Rosângela da Silva, a Janja, no contexto da administração pública, considerando que ela não ocupa cargo oficial no governo? Existe algum documento ou decreto que formalize suas atribuições e responsabilidades?
- 2- Em que situação e por qual motivo a Senhora Janja tem à sua disposição uma equipe de pelo menos 12 pessoas, incluindo assessores de imprensa, fotógrafos, especialistas em redes sociais e um militar como ajudante de ordens, se não há cargo público ou formalização de funções atribuídas a ela? **(Favor enviar lista detalhada de todos os assessores**





envolvidos, com suas respectivas funções, salários e etc) Favor apresentar e nos enviar um levantamento detalhado de todos os assessores, incluindo salários, benefícios, gastos com as viagens e etc!

- 3- Como se justifica o uso de recursos públicos, servidores, contando com servidores da Presidência da República, para atender a uma pessoa que não possui vínculo oficial com o governo?
- 4- Quais os critérios adotados para a alocação de funcionários públicos e outros recursos em atividades relacionadas à Senhora Janja?
- 5- A interação e o envolvimento da equipe de apoio de Janja com militantes do Partido dos Trabalhadores (PT) têm respaldo legal? Existe alguma regulamentação que permita a utilização de servidores da Presidência da República para atuar em atividades vinculadas a um partido político?
- 6- Como o governo garante a imparcialidade e a transparência nos processos administrativos, considerando que a equipe que acompanha a Senhora Janja parece operar sem um vínculo formal e com envolvimento político-partidário?
- 7- Por que um militar foi designado como ajudante de ordens da Senhora Janja? Existe algum processo formal ou regulamentação que justifique a presença de um militar em funções não relacionadas a um cargo oficial ou de comando dentro do governo federal?
- 8- Há algum mecanismo de controle ou supervisão sobre as atividades da equipe que apoia a Senhora Janja? Como o governo assegura que os servidores da Presidência da República envolvidos nessas atividades não estão sendo





desviados de suas funções públicas e comprometendo o bom funcionamento da administração pública?

9- Quais os impactos financeiros dessa estrutura de apoio à Senhora Janja sobre os cofres públicos? **Favor apresentar e nos enviar um levantamento detalhado sobre os custos relacionados à manutenção dessa equipe, incluindo salários, benefícios, recursos materiais e logísticos utilizados!**

10-O governo está ciente de que a manutenção de uma equipe informal para apoiar a Primeira-Dama pode ser interpretada como um desvio de finalidade e, portanto, uma violação dos princípios constitucionais da legalidade, moralidade e eficiência?

11-Quais medidas estão sendo adotadas para evitar a configuração de abuso de poder ou uso indevido de recursos públicos?

12-Por fim, em face das preocupações levantadas pela sociedade e pela opinião pública, solicito que o governo forneça uma explicação detalhada, sobre a atuação da Senhora Janja e suas atribuições, em relação ao uso de recursos públicos para sua equipe e atividades pessoais.

Por fim, solicita-se o fornecimento de informações complementares que o senhor Sr. Ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República entenda como pertinentes, sobre o tema.

JUSTIFICAÇÃO

É com grande preocupação que se observa a crescente atuação da Senhora Rosângela da Silva, também conhecida como Janja, como se estivesse desempenhando funções oficiais no governo federal, embora não ocupe





cargo público formalmente designado nem tenha uma equipe própria vinculada ao governo.

Segundo notícias¹, formalmente, a primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, não possui cargo no governo e nem uma equipe própria. Mas, na prática, uma equipe de pelo menos 12 pessoas está à disposição dela, relacionam-se com militantes do PT e servidores da Presidência da República.

O grupo inclui assessores de imprensa, fotógrafos, especialistas em redes sociais e um militar como ajudante de ordens. O “time” de Janja custou cerca de R\$ 160 mil mensais em trabalho por mês e seus funcionários já gastaram R\$ 1,2 milhão em viagens, desde o começo do terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em 2023. Questionada, a Secretaria de Comunicação (Secom) da Presidência da República respondeu com as cargas formais de cada um dos profissionais.

Dois nomes se sobressaem no time de Janja: Neudicléia Neres de Oliveira, a Neudi; e Brunna Rosa Alfaia. Formalmente, Neudi é assessora especial do Gabinete Pessoal do Presidente da República. No organograma do time de Janja, porém, ela é considerada uma espécie de chefe de gabinete. Diferentemente de Neudi, Brunna Rosa não está lotada no Gabinete Pessoal, mas na Secretaria de Comunicação (Secom) da Presidência. Ela chefia a Secretaria de Estratégia e Redes (Seres) da Secom, e comanda algumas das principais contas de redes sociais do governo, como o perfil SecomVc, que soma 223 mil seguidores no Instagram.

O “segundo escalão” do grupo da primeira-dama também é formado por pessoas do Gabinete Pessoal do Presidente ou da Secom. Brunna Rosa trabalha no dia a dia com Priscila Pinto Calaf, diretora do Departamento de Canais Digitais da Secretaria de Redes chefiada por Brunna. Assim como Lula está sempre acompanhado do fotógrafo Ricardo Stuckert, o “Stuckinha”, Janja também tem o seu próprio fotógrafo. Cláudio Adão dos Santos Souza, o Claudinho, está sempre ao lado da primeira-dama, inclusive nas viagens oficiais,

¹ https://www.estadao.com.br/politica/equipe-informal-de-janja-tem-pelo-menos-12-pessoas-e-ja-gastou-r-12-milhao-em-viagens/?srsltid=AfmBOop3HD9cdN3Cp8mWWX86sskt_kmu0H2tMdeK96PKds0fuoZr-dq5





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **GUSTAVO GAYER** – PL/GO

para registrar a passagem da socióloga paranaense pelo poder. Até o momento, as viagens dele ao lado de Janja custaram ao menos R\$ 182,3 mil – o valor não inclui os gastos com voos da Força Aérea Brasileira (FAB), que mantém os custos sob sigilo.

Continuando, a reportagem informa que a equipe que costuma viajar com Janja é integrada ainda por Juliana Aporta Gaspar, coordenadora de Redes Digitais na Secom; por Julia Camilo Fernandes Silva, assessora especial do Gabinete Pessoal da Presidência da República; e por Edson Antônio Moura Pinto. Também assessor especial, Edson é capitão do Exército e ajudante de ordens da primeira-dama. Na periferia do grupo de Janja estão profissionais mais jovens, subordinados dos assessores da primeira-dama. Um deles, o gerente de projeto Wállison Breno Araújo, é o campeão de gastos com viagens até o momento: R\$ 185,9 mil, sem contar os gastos com voos da FAB.

Ressalta-se, que este grupo de apoio, que se relaciona estreitamente com militantes do Partido dos Trabalhadores (PT) e servidores da Presidência da República, levanta sérias questões sobre a legalidade e a moralidade de tais práticas. A utilização de servidores públicos para atividades que não estão claramente relacionadas a funções oficiais, e a formação de uma equipe que parece operar sem qualquer regulamentação ou atribuição formal, sugere o possível desvio de recursos públicos para fins pessoais e partidários.

A situação é ainda mais alarmante quando se considera que, apesar de não haver uma base legal para sua atuação, essa equipe parece estar envolvida em tarefas que não se enquadram em funções específicas da administração pública. A presença de assessores de comunicação, especialistas em redes sociais e até militares em funções não atribuídas por cargo oficial é um indicativo de que há uma estrutura paralela sendo mantida com recursos do Estado, o que pode ser interpretado como um abuso de poder e uma violação dos princípios de legalidade e moralidade pública.

A criação e manutenção de uma estrutura paralela, sem respaldo legal, que envolve a utilização de recursos públicos e servidores da Presidência da





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **GUSTAVO GAYER** – PL/GO

República em atividades não oficiais, constitui uma grave violação dos princípios que regem a administração pública.

Por fim, a sociedade brasileira, que espera transparência e responsabilidade no uso dos recursos públicos, não pode permitir que práticas como essa se perpetuem sem uma investigação rigorosa e sem a devida responsabilização.

Pelo exposto, aguardamos os devidos esclarecimentos, pois essa situação exige uma atuação imediata garantindo que não haja desvio de recursos ou abuso de poder, além de assegurar que as normas constitucionais e legais sejam respeitadas.

Sala das Sessões, de de 2025.

Deputado **GUSTAVO GAYER**
PL/GO

